

Um Modelo de Capacitação Rumo à Sustentabilidade: Os guias de Alto Paraíso de Goiás - Chapada dos Veadeiros (GO)

Chiara Gentile ¹
José Luiz de Andrade Franco ²
Doris Aleida Villamizar Sayago ³

RESUMO:

Desde a década de 1990, no município de Alto Paraíso de Goiás (GO) são realizados cursos de formação para guias de caminhadas e para os profissionais do setor turístico e ecoturístico. Endereçados à comunidade como oportunidade de desenvolvimento em sintonia com a vocação naturalística da região, os cursos fornecem ocasiões de crescimento, ferramentas culturais e técnicas para a valorização dos recursos locais e constituem iniciativas exemplares econômica, ambiental e socialmente sustentáveis.

Palavras chave: Desenvolvimento Territorial; Ecoturismo; Brasil.

¹ Doutora em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – CDS/UnB. chiara.pcin@yahoo.it

² Doutor em História pela Universidade de Brasília - UnB. Docente na Universidade de Brasília – UnB. Brasil. jladafranco@terra.com.br

³ Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília - UnB. Docente na Universidade de Brasília – UnB e no Instituto Federal Goiano - IFGoiano. Brasil. doris.sayago@gmail.com

Chiara Gentile; José Luiz de Andrade Franco; Doris Aleida Villamizar Sayago

O presente artigo é fruto de uma pesquisa de campo iniciada em 2010 na região limítrofe ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (Goiás), em particular no município de Alto Paraíso de Goiás - na cidade de Alto Paraíso e na Vila de São Jorge, distrito rural. Em um contexto caracterizado pela multiplicidade de instâncias territoriais (preservação da natureza, afluxos turísticos, desenvolvimento de atividades agropecuárias de pequeno e grande porte), escolhemos enfocar a investigação de tipo etnográfico-qualitativo com o intuito de compreender o papel socioeconômico e cultural dos guias turísticos locais. Eles foram escolhidos por terem um significado peculiar na história recente dessa região e por encarnarem, de forma icástica, a relação complexa que os habitantes da região mantêm com o próprio ambiente de vida, que é, ao mesmo tempo, lugar doméstico do habitar, espaço de trânsito da alteridade (turistas), objeto de limitações (unidades de conservação) e recurso (terra).

Além do levantamento de fontes bibliográficas relativas à região e a sua história, a coleta de dados foi realizada por meio da observação participante, durante a permanência *in loco*, da gravação de entrevistas e histórias de vida. Foram realizadas 30 entrevistas abertas e semiestruturadas com atores locais pertencentes às diferentes categorias socioeconômicas presentes no território (membros de associações ambientalistas, operadores sociais e econômicos, gestores de empresas ligadas ao setor turístico, professores de escola, pequenos agricultores, guias turísticos, moradores “históricos” da região, membros do governo local e das administrações anteriores).

Com o intuito de apresentar modelos locais de sustentabilidade econômica, ambiental e social, o artigo visa reconstruir e interpretar, a partir do estudo de caso, o caráter polissêmico da natureza e as suas múltiplas potencialidades como recurso, destacando: i) vocações e identidades do território e de seus habitantes; ii) ideias, eventos e personagens na base dos processos de valorização dos recursos e da patrimonialização do capital simbólico e social; iii) funções sociais e econômicas envolvidas na geração de bens e serviços monetários e não-monetários, úteis para a conservação e a reprodução de recursos locais compartilhados e para a criação de capital social.

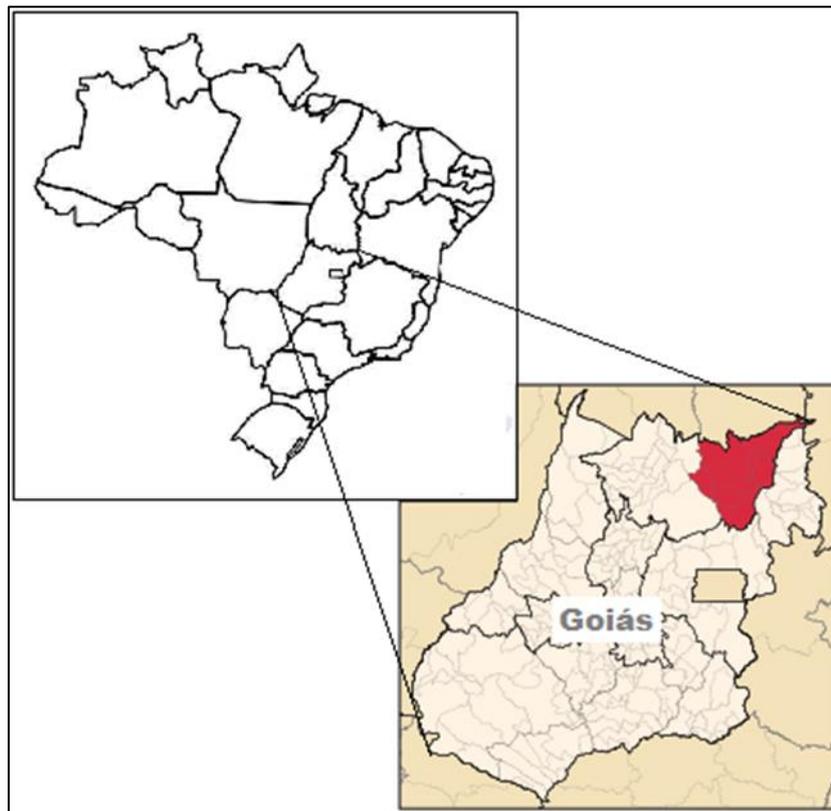
O CAMPO DE ESTUDO

Situada a 240 quilômetros ao norte de Brasília e alcançada pela pista asfaltada GO-118, a região conhecida como Chapada dos Veadeiros ocupa a porção meridional do sistema de relevos denominado Araí - Nova Roma - Veadeiros (Ribeiro & Walter 1998). A área hospeda 98% do cerrado de altitude e uma ampla faixa contínua protegida do bioma Cerrado: além dos 65.000 hectares de área protegida pelo Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV, instituído em 1961) e das ulteriores formas de áreas protegidas presentes na região (Área de Proteção Ambiental do Pouso Alto, Reservas

Chiara Gentile; José Luiz de Andrade Franco; Doris Aleida Villamizar Sayago

Particulares do Patrimônio Natural, Corredor Ecológico Parana-Pirineus, propostas para a criação de um Mosaico de Unidades de Conservação), a região foi declarada Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO (2001) e está incluída na Reserva da Biosfera do Cerrado (programa UNESCO *Homem e Biosfera*) (Saraiva 2006; Lima 2001; IBAMA/SUPES-GO 1998; MMA/ICMBio 2009).

Figura 01. Localização da área de estudo. Região da Chapada dos Veadeiros (em vermelho).



Fonte: Elaboração dos Autores.

Os municípios pertencentes à região da Chapada dos Veadeiros são: São João d'Aliança, Alto Paraíso de Goiás, Nova Roma, Monte Alegre de Goiás, Teresina de Goiás, Cavalcante (o mais antigo dos assentamentos e, hoje, o município de maior extensão) e Colinas do Sul. O PNCV se estende sobre porções de territórios pertencentes a Alto Paraíso, Cavalcante e Teresina (Figura 01).

Tabela 01. Número de Habitantes e Área dos Municípios da Chapada dos Veadeiros.

Município	Habitantes	Superfície (km ²)
São João d'Aliança	10.257	3.327
Alto Paraíso	6.885	2.593
Nova Roma	3.472	1.708
Monte Alegre	7.730	3.120
Teresina	3.016	774
Cavalcante	9.392	6.953
Colinas do Sul	3.523	1.708

Fonte: dados IBGE 2015.

Chiara Gentile; José Luiz de Andrade Franco; Doris Aleida Villamizar Sayago

O município de Alto Paraíso é um dos principais centros urbanos da região (Tabela 01), representando uma referência nos quesitos infraestrutura e fornecimento de serviços (comércio, abastecimento, escola, hospital, estruturas turísticas, meios de transporte e conexão com Brasília e Goiânia). É constituído pelo aglomerado urbano homônimo e pelos distritos rurais de Vila de São Jorge (a cerca de 30 km da cidade, próximo ao único portal de acesso público ao PNCV), Moinho e Sertão (pequenos povoados agrícolas afastados da cidade).

Junto com Cavalcante, Alto Paraíso e Vila de São Jorge são os centros turisticamente mais demandados e frequentados.

HISTÓRIA RECENTE DA REGIÃO

A Chapada dos Veadeiros foi colonizada durante o período da mineração do ouro, no século XVIII. Com o declínio desta atividade, durante o século XIX, a povoação, bastante rala e dispersa, se manteve por meio da pecuária extensiva e da agricultura de subsistência. Durante o século XX, se desenvolveu a mineração de quartzitos, abundantemente presentes no subsolo da região (Bertran 2000; Lima 2001; Oliveira 2003).

A difusão do garimpo de cristal foi acompanhada por novos processos de ocupação, imigração e assentamento: os fornecedores de mão de obra, que começaram a chegar para povoar os assentamentos próximos aos locais de garimpo, provinham da Bahia, de Minas Gerais e das áreas mais remotas e atrasadas de Goiás (Saraiva 2006; Bertran 2000; Lima 2001; Oliveira 2003).

Os anos de 1940 representaram o auge do cristal, na época extraído e exportado principalmente para a construção de aparelhos sonar. A invenção do cristal sintético e o término da segunda Guerra Mundial foram responsáveis por uma primeira fase de declínio da exploração do cristal. O impulso foi retomado durante a Guerra da Coreia (1950-1952) e foi alcançado um apogeu na década de 1960, devido ao aumento das exportações (Barbosa 2008; Oliveira 2003).

Durante os decênios sucessivos, em volta dos numerosos garimpos, nasceram corrutelas (aglomerados de barracões improvisados, construídos com palha e madeira retiradas das matas circunstantes) que cresceram e acabaram se transformando em ranchos ou em verdadeiras vilas, como Baixa (antigo nome da Vila de São Jorge), Garimpão, Varginha, Pedrão, Santana, Estiva, Silêncio, Fiandeiras, Raizama e Segredo (Albuquerque 1998; Lima 2001; Oliveira 2003; Saraiva 2006).

A década de 1960 representou a época – ainda vívida na memória de muitos dos habitantes da região – durante a qual o garimpo de cristal dava emprego à maioria dos homens, mas também a mulheres e até a crianças. Analfabetos e sem qualificação, esses fornecedores de mão de obra barata -

Chiara Gentile; José Luiz de Andrade Franco; Doris Aleida Villamizar Sayago

geralmente explorada em prol dos lucros dos atravessadores comerciais - estavam subjugados a péssimas condições de trabalho, que não proporcionavam perspectiva alguma de melhoria nem possibilidade de instrução e emancipação para as novas gerações (Saraiva 2006; Pires 1998).

Além de dar emprego aos imigrantes, o garimpo representava uma oportunidade de emprego alternativo ou integrativo para as famílias de nativos da região, que se sustentavam com as suas roças, plantando arroz, mandioca, banana, feijão e cana de açúcar. Outra prática de subsistência conhecida na região era a coleta e a venda de flores do cerrado (Lima 2001; Saraiva 2006).

Até a década de 1970, a economia da região praticamente desconhecia o trabalho assalariado. Nem sequer a exploração do cristal de quartzo, proibida pela criação do Parque Nacional, foi capaz de semear as bases necessárias para um desenvolvimento estrutural e duradouro (Bertran 2000; Pires 1998). O “corredor da miséria”, assim era chamada esta porção do país – como nos foi informado pelos habitantes que entrevistamos. Entretanto, já a partir do final da década de 1950 e durante os anos de 1960, fora da região, principiaram aqueles eventos e processos de mudança que, nas décadas de 1970 e 1980, culminariam em projetos e políticas de integração e desenvolvimento que atingiram a região e foram localmente percebidos (Bertran 2000; Braga 1998; Lima 2001).

O acontecimento histórico decisivo para a Chapada dos Veadeiros foi a fundação, em 1960, da nova capital, Brasília. A partir da construção de Brasília, as áreas limítrofes, até então marginais, começaram a viver uma inusitada proximidade com novos fluxos de mercadorias, capitais e pessoas. Elas assumiram o papel de produtoras de bens e serviços – também recreativos – para os habitantes de Brasília (Barbosa 2008; Lima 2001).

Se, por um lado, podemos identificar nessa fase o albor das primeiras instâncias de preservação ambiental (com a instituição, em 1961, do Parque Nacional de Tocantins, hoje Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros⁴), por outro lado, não seria errado afirmar que, durante a segunda metade do século XX, o cerrado da região centro-ocidental do país passou a ser a nova fronteira das políticas desenvolvimentistas nacionais. Esta tendência se expressa por uma série de iniciativas: em 1967 é criada a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO); entre 1959 e 1979

⁴ Instituído pelo Decreto Presidencial n. 49.875 de 11 de janeiro de 1961, após repetidas alterações de perímetro e tamanho, o PNCV mede atualmente 65.514 hectares - 60% dos quais situados no município de Cavalcante e 40% no de Alto Paraíso – com perímetro externo de 110 km (MMA/ICMBio, 2009; IBAMA/SUPES-GO 1998).

As únicas formas de uso permitidas dentro do Parque são: atividade de preservação e recuperação, pesquisa científica, fiscalização, visitação turística controlada e atividades de educação ambiental (MMA/ICMBio, 2009).

As práticas tradicionais de garimpo de cristal, caça, coleta de plantas, flores, frutas e raízes, dentro do perímetro do parque, estão interdadas. Fruição e acesso ao público, possível apenas pelo único portal de ingresso existente (próximo a Vila de São Jorge), são limitados e regulamentados: pode entrar um número diário máximo de 450 visitantes, apenas em horários pré-fixados.

Chiara Gentile; José Luiz de Andrade Franco; Doris Aleida Villamizar Sayago

é criado o instituto do crédito agrícola (com o objetivo de difundir a mecanização e a utilização das novas tecnologias recomendadas pelos técnicos do governo e da iniciativa privada na agricultura); em 1971 é ativado o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE) e, em 1975, o POLOCENTRO, ou seja, os programas de desenvolvimento para o cerrado (Braga 1998; Barbosa 2008).

Na época, a região recebeu investimentos, obras de infraestrutura (estradas, rede elétrica, redes de armazenamento e comercialização dos produtos agrícolas) e de assistência técnica (crédito agrícola, correção da fertilidade dos solos).

Seguindo as políticas de desenvolvimento promovidas pelo governo federal, o governo estadual de Goiás, no começo da década de 1980, elaborou e iniciou aquele que talvez seja o mais importante e influente plano de desenvolvimento para o município de Alto Paraíso de Goiás e suas vizinhanças, um plano ainda hoje lembrado e citado pelos habitantes como “decisivo”. Trata-se do Plano de Desenvolvimento Integrado de Alto Paraíso e Goiás (PDIAP), promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional (INDUR). Esse programa visava o crescimento econômico da região, tendo Alto Paraíso como centro propulsor (Barbosa 2008; Lima 2001).

Graças ao PDIAP, a principal artéria de trânsito da porção nordeste do Goiás, a rodovia GO-118, foi asfaltada (no trecho inicial, de Brasília até Cavalcante); foi finalizada a construção da rede de distribuição de energia elétrica de Alto Paraíso e foi ampliado o sistema de abastecimento de água para todos os principais centros habitados da região; foram iniciadas as obras para instalação das linhas telefônicas e aprimorou-se o serviço do correio.

Segundo relatos dos habitantes mais anciãos, entrevistados durante o trabalho de campo, ainda por volta de 1980, em Alto Paraíso o fornecimento de eletricidade e água era precário; transporte e meios básicos de comunicação eram minguados e sujeitos aos empecilhos mais elementares (chuva, condição das estradas etc.). A marginalidade, uma condição material e imediatamente tangível para os moradores da cidade, confundia-se com o esquecimento (Albuquerque 1998; Lima 2001).

Durante os anos do PDIAP, informam os entrevistados, foram construídos a estação rodoviária de Alto Paraíso, os prédios que hoje hospedam o hospital, a Prefeitura, o prédio destinado a um *grand hotel*, a pista para o que viria a ser o pequeno aeroporto local (hoje existente, porém inutilizado) e um celeiro (também em desuso).

O PDIAP, de fato, visava um desenvolvimento baseado no crescimento de dois setores: o agrícola e o turístico. Para o primeiro previa-se o plantio de árvores frutíferas de clima temperado

Chiara Gentile; José Luiz de Andrade Franco; Doris Aleida Villamizar Sayago

(maçã, uva, pêssego etc.) e o cultivo de trigo e soja. A vocação turística da localidade, por outro lado, contaria com os atrativos naturais abundantemente presentes (cachoeiras, águas termais, belezas paisagísticas, clima salubre) e seria alcançada por meio da construção de estruturas hoteleiras (Lima 2001).

Junto com o PDIAP - contam os mais antigos moradores de Alto Paraíso - chegaram obras, emprego, investimentos, melhorias e novos moradores; funcionários públicos trabalhando na implementação do Plano mudaram-se para Alto Paraíso e acabaram ficando.

A obra de modernização sofreu um baque ainda no começo da década de 1980, com a repentina morte do coordenador do PDIAP, o engenheiro Ary Ribeiro Valadão Filho, e com as mudanças nos quadros do governo estadual, após as eleições de 1982. Contudo, graças às estruturas já implementadas e aos programas em andamento, o estímulo ao desenvolvimento não se extinguiu. Durante o PDIAP, entre 1980 e 1990, a população urbana de Alto Paraíso quadruplicou (Lima 2001; Saraiva 2006).

Também a vocação turística da região recebeu os primeiros impulsos. A fama da beleza da Chapada do Veadeiros, da amenidade do seu clima, da sua fauna e da sua flora, e de suas peculiaridades cênicas e hidrogeológicas começaram a se difundir. A partir da década de 1980, Alto Paraíso e seus arredores passaram a experimentar uma rápida e progressiva transformação cultural, social e econômica (WWF 1995).

A localidade se tornou a Meca de novos e excêntricos grupos de migrantes. Atraídas pelo charme e a força da natureza local, capaz de evocar espiritualidade, misticismo e bem-estar, comunidades de jovens *hippies*, prevalentemente brasileiros, escolheram a região de Alto Paraíso para se assentar, viver e criar filhos em harmonia com a natureza, se sustentando dos produtos da terra e segundo princípios de cultivo biológico⁵ (Lima 2001; WWF 1995). Em seguida e com várias ondas migratórias, chegaram (e continuam chegando) místicos de toda espécie⁶.

Essa incomum força atrativa do lugar ainda hoje continua, em formas variadas. Uma heterogênea classe de indivíduos, vindos de diferentes lugares do mundo, além do Brasil (EUA, França, Itália, Alemanha, Uruguai etc.), mais ou menos abastados e com grau de instrução superior, que os moradores locais chamam indistintamente de “alternativos”, continua elegendo a cidade como lugar de

⁵ O primeiro e mais famoso desses movimentos foi o chamado “Rumo ao Sol”, cujos representantes, em alguns casos, ainda hoje moram em Alto Paraíso (Lima, 2001).

⁶ Entre as principais correntes espiritualistas encontradas entre os habitantes de Alto Paraíso, podemos citar: esotéricos de Saint Germain, Hare Krishnas, seguidores de Osho, Cavalheiros de Maitreya, Igreja do Santo Daime. A população nativa e de níveis socioeconômicos inferiores é prevalentemente evangélica e católica.

Chiara Gentile; José Luiz de Andrade Franco; Doris Aleida Villamizar Sayago

moradia – fixa ou estacional – e destino final da própria busca espiritual, devido à áurea mística da localidade, já difusamente conhecida. Ao mesmo tempo, brasileiros e estrangeiros das classes urbanas médio-altas, nos últimos 20-30 anos, têm comprado casas ou lotes de terra na região, com a intenção de construir casas de vilegiatura ou para aproveitar a crescente fama turística da Chapada e implantar algum tipo de negócio. Esse constante fluxo de “chegantes”, com suas características, junto com os afluxos turísticos ligados à presença do PNCV e de outros locais com atrativos naturais⁷, e à presença de instâncias de tutela ambiental (órgãos públicos, ONGs, associações ambientalistas nacionais e internacionais etc.) que, cada vez mais, tornam a região da Chapada dos Veadeiros alvo de atenção e influenciam marcadamente o tecido sociocultural e econômico do lugar (Pires 1998; Lima 2001; WWF 1995).

Tais afirmações requerem, entretanto, algumas observações de caráter empírico. A cidade de Alto Paraíso, apesar de ser amplamente conhecida como lugar de lazer e turismo, apresenta contradições materiais marcantes: enquanto a rua principal conduz o visitante entre duas alas de prédios coloridos e bem cuidados, que hospedam restaurantes, lojas de lembrancinhas e cristais, pousadas, bancos e sorveterias, com arredores de casas, pousadas, prédios públicos e algum comércio, bem cuidados; há outra metade da cidade, onde o turista não precisa nem tem ocasião de adentrar, que abriga as existências “invisibilizadas” da população mais pobre. Como testemunhado pelo responsável da Secretaria Municipal da Rede de Proteção Social de Alto Paraíso, longe das ‘vitrines’ do centro, em bairros como Novo Horizonte e Paraisinho, as casas inacabadas, os telhados de lata, as carcaças de carros nos quintais sujos, são muito comuns, assim como são comuns as situações de marginalidade e carência (tráfico de drogas, toxicodependência, microcriminalidade⁸, abandono escolar, abandono de menores por parte de pais presos etc.). Não obstante isso, de alguma forma, é possível afirmar que a vocação turística envolve, envolveu e tem chance de envolver cada vez mais essa porção da população, proporcionando-lhe oportunidades. Alguns dos moradores desses bairros conseguiram melhorar a sua condição de vida achando emprego em restaurantes e pousadas, por exemplo. E, como veremos no próximo parágrafo, algumas iniciativas estritamente ligadas ao desenvolvimento turístico e socioeconômico da região foram pensadas para atingir justamente as faixas sociais mais carentes.

No âmbito da atividade turística, devido ao incremento de demanda que o setor está demonstrando nos últimos anos e às peculiaridades da região, o projeto mais promissor – segundo

⁷ As presenças turísticas se concentram nos meses de férias – julho, dezembro e janeiro – nos finais de semana e nos feriados. No presente artigo, faltam dados exatos relativos aos números dos fluxos turísticos, devido à indisponibilidade dos mesmos – ao momento da pesquisa – junto aos órgãos municipais e turísticos locais.

⁸ Expressão usada para definir pequenos crimes, como assaltos, furtos, roubos, atos de vandalismo, ou crimes mais relevantes, geralmente cometidos por menores de idade ou pessoas jovens, geralmente com o uso de armas.

Chiara Gentile; José Luiz de Andrade Franco; Doris Aleida Villamizar Sayago

afirmado pela maioria dos entrevistados – e ao qual os habitantes locais querem aderir é o ecoturismo⁹ (Silveira 1997; Pires 1998).

Devido ao regulamento do Parque, que, até 2012, permitia a visita pública exclusivamente e obrigatoriamente a grupos acompanhados por um guia autorizado¹⁰, e à presença, na região toda, de inúmeros atrativos naturais (cachoeiras, trilhas, mirantes etc.), cuja localização muitas vezes não é divulgada e que nem sempre são de fácil acesso, o sistema turístico local ligado à natureza desenvolveu uma figura peculiar de operador turístico: o guia de caminhadas, ou acompanhador de visitantes.

OS GUIAS DE SÃO JORGE E DE ALTO PARAÍSO: UMA HISTÓRIA LOCAL

A história dos guias de São Jorge e Alto Paraíso começa entre 1991 e 1992, quando foi ministrado o primeiro e histórico curso de formação, gravado na memória de todos os operadores turísticos locais (WWF 1995; Silveira 1997; Saraiva 2006).

Segundo relatado pelos próprios protagonistas e organizadores, durante as entrevistas, o curso foi pensado, fortemente desejado e realizado graças à colaboração entre o IBAMA, o então diretor do PNCV e alguns moradores de Alto Paraíso e de São Jorge. Tratava-se de um pequeno grupo de residentes, não nativos, provenientes do Rio de Janeiro, de Brasília e de outras grandes cidades brasileiras. Eram profissionais liberais, funcionários públicos, comerciantes, em geral pessoas com grau de instrução universitária que, atraídos pela beleza chamativa da Chapada dos Veadeiros, resolveram se assentar em Alto Paraíso. Deve-se a eles a iniciativa de combinar a recuperação do PNCV (na época abandonado à incúria) com atividades que proporcionassem oportunidades de crescimento para as

⁹ O termo *ecoturismo*, elaborado por Ceballos-Lascuráin em 1983, indica o turismo ecológico como viagem ambientalmente responsável e como visita de áreas relativamente pouco perturbadas, com o objetivo de apreciar a natureza e os aspectos culturais a ela relacionados (Simonicca, 2004). O autor também considera o ecoturismo uma forma de codesenvolvimento que representa para todos os países uma maneira prática e eficaz de atrair melhorias sociais e econômicas, além de uma potente ferramenta para a conservação de heranças naturais e culturais mundiais (Ceballos-Lascuráin 1998). O turismo ecológico, paralelamente, é aquele turismo apto a promover a salvaguarda, produzir baixo impacto ambiental e envolver as populações locais, visando à repartição dos benefícios sociais e econômicos gerados.

Western afirma que ecoturismo significa “fazer com que nosso desejo de estar bem em contato com a natureza seja satisfeito, aproveitar o potencial turístico visando à salvaguarda ambiental e ao desenvolvimento, evitar os impactos negativos sobre ecologia, cultura e estética” (2005, p. 16). Segundo Boo, ecoturismo é viajar pela natureza, olhando em direção à conservação ambiental e aos esforços para a realização de um desenvolvimento sustentável. É, ainda, a resultante dada ao convergir de duas tendências independentes, a da indústria turística e a ecológico-preservacionista (1992).

No Brasil, uma das definições de ecoturismo mais difundida é a formulada em 1994 pela EMBRATUR (atual Instituto Brasileiro de Turismo): “Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (Brasil 1994 pag. 19).

¹⁰ Atualmente, as trilhas estão sinalizadas e os visitantes podem fazê-las sem a obrigatoriedade de guias. Ainda assim, para os que vão pela primeira vez, para famílias e visitantes pouco acostumados com trilhas mais longas, ou com as peculiaridades da região, como as eventuais trombas d’água (quando o nível dos rios sobe repentinamente), o recurso aos guias é aconselhável. Recentemente, foi inaugurada uma trilha, com pernoite, que atravessa o PNCV e que pode ser feita com ou sem o acompanhamento de guias.

Chiara Gentile; José Luiz de Andrade Franco; Doris Aleida Villamizar Sayago

comunidades locais. Estes promotores do curso de formação para guias capacitados para o acompanhamento de visitantes dentro do PNCV foram os primeiros alunos e os primeiros guias formados. Foram eles que, em seguida, pensaram em envolver nas edições sucessivas do curso a população pobre de São Jorge (os ex-garimpeiros) e de Alto Paraíso.

Rosa, uma dos participantes e promotoras do curso de 1992 (ela foi a organizadora de muitos cursos e projetos sucessivos, como, por exemplo, a fundação da Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros - ACV-CV, ainda existente), durante a sua entrevista, conta:

Na época, eu vivia no Mato Grosso. Eu trabalhava na televisão. Eu era produtora executiva. Vim aqui para passear e vi que a Vila de São Jorge estava assim... As pessoas que viviam lá estavam em uma situação muito precária. Porque com a criação do Parque, proibiram que aqueles que tinham ficado lá, os ex-garimpeiros, entrassem para pegar cristal, para caçar, para pescar, para pegar madeira para o fogo. Então eles ficavam lá, assim... E iam muito poucas pessoas para visitar o Parque. Mas as que iam só deixavam lixo. Iam lá, acampavam no Parque e deixavam lixo... Isso foi em 1987 1988. Eu vi isso e disse: "Gente, o que é isso?". Uma comunidade, ao lado de um parque nacional com uma beleza fantástica... A comunidade praticamente morrendo de fome. Muito carente. Muitas doenças. Nenhuma perspectiva de vida. Sem futuro. E isso me incomodou muito. Era o início do ecoturismo. Estávamos começando a falar, no Brasil, do ecoturismo. Eu, logo em seguida, fui embora por causa do trabalho. Mas não podia tirar essas coisas da cabeça. Ficavam. Então decidi me demitir e saí do Mato Grosso para voltar aqui e fazer algo. Foi isso o que fizemos. Juntamos as pessoas da comunidade e dissemos que tínhamos um sonho. Que poderia ter sucesso ou não. Mas pelo menos tínhamos um sonho. E que poderíamos mudar aquela realidade.

Então, tudo foi uma mudança, feita junto com a comunidade. Nós fazíamos tudo juntos. Devagar.

Conseguimos fechar o Parque durante um ano [...], em 1991. Durante esse ano, percorremos o Parque para ver a possibilidade de abrir trilhas [...] Tiramos todo o lixo que tinha dentro. E quando o Parque abriu, conseguimos a ajuda de uma ONG, a Funatura, do diretor do Parque e do IBAMA como patrocinadores desse primeiro curso para guias. E foi assim que começamos esse movimento. Organizamos o curso. Um dia, durante uma caminhada no parque, escrevemos um estatuto e quando voltamos, à noite, nos reunimos e decidimos que era necessário criar uma associação, naquela mesma hora. Fomos a uma escola. Não havia eletricidade. Ligamos uma lanterna e criamos a primeira diretoria da associação e, no mesmo dia, criamos a associação, que é a associação chamada Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros. [...]

Os ex-garimpeiros, que perderam o emprego devido à instituição do PNCV e ao declínio da extração de cristal, cujas condições de vida eram muitas vezes caracterizadas por desemprego, alcoolismo e marginalidade, mas que também eram incomparáveis conhecedores do território, das trilhas, das plantas e de seus usos, começaram a ter a oportunidade de frequentar cursos de formação para guias.

A maioria deles não era alfabetizada. Porém, aprendendo os rudimentos de primeiros socorros, geografia, botânica, história local e das técnicas de guiamento, começaram a ganhar um pouco de dinheiro acompanhando os turistas nas visitas ao PNCV, e a melhorar a condição de vida. O curso representou, para eles, uma ocasião fundamental de mudança (Silveira 1997; Saraiva 2006; WWF 1995).

Chiara Gentile; José Luiz de Andrade Franco; Doris Aleida Villamizar Sayago

Depois do curso de 1992, no município de Alto Paraíso e em suas cercanias, foram periodicamente organizados outros cursos de formação, no mesmo âmbito (guiamento em caminhadas) ou setores afins (realização e gestão de pequenas empresas turísticas e ecoturísticas, manutenção de trilhas, comunicação e marketing de empresas etc.). Cursos teórico-práticos de duração e níveis variáveis têm acontecido com constância, nos últimos 20 anos. Organizados por entidades governamentais e não governamentais (IBAMA, EMBRATUR, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, ONGs e associações locais), alguns dos cursos foram gratuitos, outros foram pagos (mas todos os entrevistados concordam em afirmar que os preços sempre foram populares). Conforme informado por eles, os cursos que os guias julgam mais valiosos são aqueles que preveem uma carga horária maior, um estágio prático e provas de avaliação final.

Sempre conforme os entrevistados e com base na análise do percurso formativo dos guias hoje ativos, os cursos realizados por entes públicos parecem ser os menos incisivos em termos de participação e retorno, enquanto os cursos promovidos e gerenciados pela comunidade local (associacionismo, ONGs e promotores particulares) parecem ter mais êxito. Eles atraem mais participantes e são mais profícuos, sobretudo porque são considerados melhores, do ponto de vista didático e da atividade prática, e porque são percebidos como “garantidos” por membros pertencentes à mesma comunidade, ao invés de instituições impessoais e distantes.

Dentro dos cursos para guias, geralmente, as disciplinas ministradas são: primeiros socorros, técnicas de caminhada e de acompanhamento, mínimo impacto ambiental, geografia, história, geologia, botânica e zoologia básicas. Algumas dessas matérias, além de professores e especialistas, são dadas pelos guias locais mais anciãos. Estes últimos, assim como os promotores do curso de 1992, continuam trabalhando para enriquecer a oferta formativa local (organizando eventos, procurando financiamentos, ativando parcerias com ONGs e fundações nacionais e internacionais, e com órgãos federais e estaduais). Há cerca de cinco anos atrás, alguns deles conseguiram abrir uma escola de especialização para os profissionais do setor turístico e da comunicação (a Escola Bioma Cerrado, que está desativada por falta de recursos financeiros).

Atualmente, o Centro de Atendimento ao Turista (CAT) de Alto Paraíso dispõe de um plantel de mais ou menos 50 guias (incluindo os da Vila de São Jorge, mais procurados para a visita do PNCV). São homens e mulheres, entre os 18 e os 50 anos de idade, em média, cada um com sua especialidade (plantas e flores do cerrado, plantas medicinais, observação de aves, travessias etc.). Alguns deles são providos de meio de transporte próprio (caminhonete). Destes 50 15 vivem exclusivamente do trabalho de guia, enquanto que os outros, a maioria, têm outros empregos principais

Chiara Gentile; José Luiz de Andrade Franco; Doris Aleida Villamizar Sayago

(funcionários na prefeitura da cidade, gestor de pousada, massagista e terapeuta natural, vendedor em loja, professor etc.).

As formas para o guia conseguir clientela são principalmente as seguintes: o guia, desde cedo, pela manhã, espera os potenciais clientes junto ao CAT ou na entrada do PNCV; o pessoal do CAT ou do PNCV, a pedido dos turistas, telefona para o guia; o cliente habitual ou que volta já tem o número de telefone do guia do qual gostou durante a visita precedente; o guia trabalha em parceria com uma determinada pousada, cujo gestor chama primeira e preferivelmente seu guia de confiança; o guia trabalha exclusivamente ou em colaboração com uma das agências turísticas da cidade. Quase todos os guias estão inscritos em uma das duas associações locais da categoria (a ACV-CV, nascida em 1992, e a Servitur, fundada em 2000). O valor mínimo da diária de um guia, que em 2010 era de 80 reais, atualmente é 120-150 reais por grupo (até 10 pessoas)¹¹.

Dentro do panorama geralmente uniforme da oferta dos guias (passeio até as cachoeiras e/ou outros atrativos naturais), vale a pena destacar os casos minoritários, porém interessantes, de atores com experiências profissionais diferenciadas e, de fato, incisivamente representativas no contexto local. Trata-se de guias que começaram a sua formação graças aos primeiros cursos e que, com tempo, experiência e capacitação, chegaram a montar a sua própria empresa turística (agência) e a diferenciar oferta, *targets* e serviços (excursões de vários dias, esportes extremos, *birdwatching*, logística para alojamento e deslocamento do cliente etc.). O elemento comum entre essas agências (quatro, em Alto Paraíso) é representado pelo fato de terem sido montadas por guias, de constituir a única atividade e a única fonte de renda de seus donos, de fornecer emprego a uma equipe inteira de guias e colaboradores e de repassar clientes para hotéis, pousadas e restaurantes, tornando a fonte de renda territorialmente difusa.

EMPRESÁRIOS, INTÉRPRETES E INTERMEDIÁRIOS

Refletindo sobre a função socioeconômica e cultural dos guias dentro do sistema local (Simonicca 1997) e querendo apontar para modelos de sustentabilidade, cabe perguntar: (1) onde se origina a disposição para pagar, por parte dos turistas, pelo serviço de guia – ou seja, que bem e quais valores guia e turista estão trocando no mercado; (2) qual é o papel dessa figura profissional, em termos de valorização e patrimonialização dos recursos locais, dentro de um conjunto social, econômica e culturalmente estruturado.

¹¹ Dado atualizado a março de 2015

Chiara Gentile; José Luiz de Andrade Franco; Doris Aleida Villamizar Sayago

Para interpretar o trabalho do guia turístico, Cohen (1982) distingue duas funções principais: a relativa à esfera *diretiva* e a atinente à esfera *mediativa*. A primeira explica o componente instrumental e social da ação de guia: dirigir, facilitar o acesso aos sítios, controlar o nível de segurança da viagem e dos participantes, encorajar a superar obstáculos, prever elementos de tensão, propor-se como agente de sociabilidade.

Na esfera *mediativa*, entretanto, o guia expressa no grau máximo as suas funções interativas (propondo-se como intermediário entre o grupo de turistas e os locais) e comunicativa (selecionando e promovendo objetos de interesse, passando informações, oferecendo interpretações dos objetos mostrados).

Na relação entre hóspede e hospedeiro, ou seja, entre o mundo do turista e o mundo local, o guia é uma figura de mediação, apta a satisfazer a necessidade de uma “ponte” cultural, além de material e organizativa (Simonicca 1997). As ações informativa, educativa e interpretativa que um guia pode exercer são particularmente valorizadas, tanto pelas novas exigências de viagem que, de forma crescente, estão moldando os modernos fluxos ligados ao turismo histórico-cultural, étnico e de natureza, como pela exigência de amadurecimento da consciência ambiental dos locais, definida como uma das principais metas do turismo, especialmente no caso de localidades cujos bens naturais são alvo de ações de proteção (Simonicca 1997; Pires 1998; Lima 1998;).

Conforme sugerido por Cohen e graças ao que foi possível observar durante a pesquisa de campo, podemos propor uma síntese entre as três principais funções que, em nossa opinião, contradistinguem o valor social, ambiental, econômico e cultural da atividade de guia:

1. **A função de empreendedor** - O guia, com seu trabalho, gera um valor material antes inexistente: ele desempenha um trabalho de produção de valor (material) por meio do serviço (imaterial) que oferece. Nesse sentido, por ser criador de valores anteriormente ausentes, ele pode ser considerado um empreendedor (Lodde 1998). No seu trabalho, ele desfruta condições e características do meio com o qual trabalha: o meio ambiente e a natureza são preexistentes, o guia não tem custo de produção algum para obter a “matéria prima”. Trata-se de um trabalho de valorização de uma substância, para assim dizer, inerte. Ou seja, de um bem potencial, de um capital a disposição. Entretanto, embora não implique custos de produção, o bem “natureza” necessita ser conservado e reproduzido ao longo do tempo: é preciso, para mantê-lo disponível, limitar os processos de consumo e esgotamento.

Chiara Gentile; José Luiz de Andrade Franco; Doris Aleida Villamizar Sayago

Se considerarmos a ação de divulgação, de educação ambiental e de conscientização ecológica que um guia tem a possibilidade de desenvolver, graças à força comunicativa das experiências de descoberta ao ar livre e em contato direto com o meio natural, é possível afirmar que a atividade de fruição guiada da natureza se configura como um instrumento apto à própria reprodução do bem.

2. **A função de intérprete** – Um guia não apenas conduz à meta, e não apenas faz isso graças às noções geográficas e às habilidades técnicas de locomoção que ele possui. Durante o trajeto até o destino, aliás, o guia tem a oportunidade de interpretar, para o seu público, os próprios lugares e os objetos encontrados. Ele desloca, faz transitar, os visitantes de um lugar para outro e, enquanto isso, por meio da experiência corpórea, faz transitar significados e valores, história e saberes, segundo a sua interpretação.

A importância de tal ação de significação jaz na possibilidade de haver uma transmissão interno-externo: a um membro do mundo local (o guia) é dada faculdade e ocasião para oferecer a membros do mundo extralocal (os turistas) – que, apesar de serem estranhos, desejam visitar e conhecer o que para eles é um mundo da alteridade – uma versão mediada (interpretação) do mundo local e de educar sobre os valores, universais e comunitários, que os lugares e as culturas visitados guardam.

3. **A função de intermediário** – Como já mencionado no ponto precedente, por ser um local (ou nativo) em direto contato com quem vem de fora, o guia desfruta da posição de intermediário. O campo de atuação da mediação é a atividade de exploração do meio natural, que é atrativo, meta e lugar de lazer para um (o turista), e casa, lugar da intimidade, recurso e meio de trabalho e subsistência para outro (o local/nativo). Por intermédio da atividade de fruição, interpretação, educação e valorização do contexto ambiental, o guia é o primeiro e mais exposto intercessor, que age conectando três polaridades básicas: ele mesmo, o outro, e o lugar - ou seja, a comunidade local, o turista, e a natureza (SimoniccA 2004 2006).

Empreendedor, intérprete e intermediário: são essas as potencialidades acionadas mais ou menos conscientemente por aqueles que desenvolvem o trabalho de guia. Tais potenciais contêm em si funções sociais e econômicas que vão além da simples geração de renda e do fornecimento de serviços para a indústria turística local.

CONCLUSÕES

VALORIZAÇÃO, PATRIMONIALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Percorrendo a história da região, não é difícil entrever o seu caráter polivocacional e as consequentes razões dos conflitos de uso que pesam sobre os recursos e os bens identitários:

- a vocação agrícola-produtiva
- a vocação turístico-recreativa
- a vocação da preservação ambiental

O bem natureza/terra está sujeito a forças de consumo múltiplas: conflito entre alternativas de uso direto e indireto (cultivar ou preservar); conflito entre a vivência doméstica e a contínua exposição (ambiente íntimo vivido como casa, ambiente vendido como mercadoria ao turista); contraposição entre a marginalidade histórica do lugar e a visibilidade e a fama atuais. Como em todo contexto sociocultural complexo e dotado de vertentes diferenciadas, além da contraposição entre perspectivas de usos diferentes, as tensões se dão também em termos simbólicos e identitários (Feld & Basso 1996; Arévalo 2007; Beato 2000).

Ser um guia e trabalhar como guia tem fortes relações com práticas autóctones de reapropriação, valorização e gestão dos recursos locais. Isso se traduz em verdadeiros caminhos de patrimonialização econômica, ambiental e culturalmente sustentáveis, devido a ações sinérgicas orientadas a manter intactos os estoques de recursos (biodiversidade, ecossistemas, conjunto hidrogeológico, mas também, paisagem, memória histórica, identitária e afetiva, saberes locais e tradicionais, *appeal* turístico do lugar; Osti 1992).

Nesse sentido e graças a ocasiões de desenvolvimento e capacitação similares às proporcionadas pelos cursos de formação para guias de Alto Paraíso e São Jorge, o bem “natureza” consegue tornar-se objeto de ações de reciprocidade e troca, as quais, ao invés de consumir, reproduzem as condições de sua conservação, alimentam o capital simbólico em torno de um bem compartilhável e o tornam um capital social difuso (Pellizzoni & Osti 2003; Bagnasco et al. 2002). Graças ao reconhecimento das vocações e identidades do território e de seus habitantes, através de ideias, eventos e personagens que atuam em prol de um histórico de processos de valorização, a natureza se torna o fulcro de percursos de patrimonialização de uma pluralidade de recursos locais (ambientais, humanos, culturais, et.) e de funções sociais e econômicas envolvidas na geração de bens e serviços monetários e não-monetários, úteis para a conservação e a reprodução de recursos locais e do capital social local.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque JAM 1998. A construção do espaço na Chapada dos Veadeiros. In: Duarte LMG & Braga MLdeS (orgs). *Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade, Paralelo 15, Brasília*.
- Arévalo JM 2007. Dagli oggetti alle idee: tradizione, patrimonio immateriale e identità come luoghi della memoria sociale. In: Zarrilli, Luca (org). *Lifescape. Culture Paesaggi Identità*, Franco Angeli, Milano 2007.
- Bagnasco A, Piselli F, Pizzorno A, Trigilia C 2002. *Il capitale sociale. Istruzioni per l'uso*, Il Mulino, Bologna.
- Barbosa AG 2008. *As estratégias de conservação da biodiversidade na Chapada dos Veadeiros: conflitos e oportunidades*, Master's degree thesis, Universidade de Brasília, Brasília.
- Beato F 2000. *Parchi e società. Turismo sostenibile e sistemi locali*, Liguori Editore, Napoli.
- Bertran P 2000. *História da terra e do homem no Planalto Central. Eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*, Verano, Brasília.
- Boo E 1992. *The ecotourism*. In: Boo, Elizabeth (org). *Planning for Development and Management*. WHN Technical Paper Series. Paper 2. pp. 3-4. WWF, Washington (DC) 1992.
- Braga MLdeS 1998. As políticas desenvolvimentistas e ambientais brasileiras e seus impactos na região dos cerrados. In: Duarte LMG & Braga MLdeS (orgs). *Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade, Paralelo 15, Brasília*.
- Brasil 1994. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Barros II, Silvio M. & Penha, Denise H. (coord.). EMBRATUR/IBAMA, Brasília.
- Ceballos-Lascuràin H 1998. *Ecoturismo*. Editorial Diana, México.
- Ceballos-Lascuràin H 1999. *Tourism, ecotourism and protected areas: the state of nature-based tourism around the world and guidelines for its development*, UICN, England, Gland, Switzerland and Cambridge.
- Cohen, E 1982. Jungles Guides in Northern Thailand – Dynamics of a Marginal Occupational Role, *Sociological Review*. 30:236-66.
- Cohen E 1985. The Tourist Guide: The Origins, Structure, and Dynamics of a Role. *Annals of Tourist Research*. 12(1):5-29.
- Duarte LMG, Braga MLdeS (orgs) 1998. *Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade, Paralelo 15, Brasília*.
- Feld S, Basso KH. (orgs) 1996. *Sense of place, School of American Research*, Press Santa Fe, New Mexico.
- IBAMA/SUPES-GO 1998. *Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – Relatório 98*, IBAMA, Alto Paraíso.
- Lanternari V 2003. *Ecoantropologia. Dall'ingerenza ecologica alla svolta etico-culturale*, Edizioni Dedalo, Bari.
- Lima L 2001. *Entre cimos nublados uma solidão selvagem: uma corografia contemporânea da Chapada dos Veadeiros*, Thesaurus, Brasília.

Chiara Gentile; José Luiz de Andrade Franco; Doris Aleida Villamizar Sayago

- Lima RB 1998. Natureza: uma categoria social. In: Duarte LMG & Braga MLdeS (orgs). *Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade, Paralelo 15, Brasília*.
- Lodde S 1998. *Invidia e imprenditorialità. Alcune note sul ruolo delle emozioni nello sviluppo economico*, Università di Cagliari e CRENoS, Cagliari.
- MMA/ ICMBio 2009. *Plano de Manejo Parque Nacional Chapada dos Veadeiros*. Resumo Executivo, MMA/ICMBio, Brasília.
- Oliveira JRde 2003. *História dos garimpos de cristal na Chapada dos Veadeiros*, CeMemo-Zé, Goiânia.
- Osti G 1992. *La natura in vetrina. Le basi sociali del consenso per i parchi naturali*, Franco Angeli, Milano.
- Pellizzoi L, Osti G 2003. *Sociologia dell'ambiente*, il Mulino, Bologna.
- Pires MO 1998. A trajetória do conceito de desenvolvimento sustentável na transição de paradigmas. In: Duarte LMG & Braga MLdeS (orgs). *Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade, Paralelo 15, Brasília*.
- Ribeiro JF, Walter BMT 1998. Fitofisionomias do bioma cerrado, In: Sano, S. M. & Almeida, S. P. *Cerrado: ambiente e flora*, EMBRAPA-CPAC, p. 89-166, EMBRAPA, Planaltina-DF.
- Saraiva RCF 2006. *Tradição e sustentabilidade: um estudo dos saberes tradicionais do cerrado na Chapada dos Veadeiros, Vila São Jorge – GO*. PhD Thesis, Universidade de Brasília, Brasília.
- Schmidt CJ 1979. The Guided Tour, Insulated Adventure, *Urban Life*. 7(4):441-67.
- Silveira ARM 1997. *Vila São Jorge & Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: o impacto cultural de um projeto ecológico*. Série Antropologia, n. 24. Brasília: UnB 1997, Bachelor's thesis, Universidade de Brasília 1992 CESPE/UNB 1997.
- Simonicca A 1997. *Antropologia del turismo. Strategie di ricerca e contesti etnografici*, Carocci, Roma.
- Simonicca A 2004. *Turismo e società complesse*, Meltemi editore, Roma.
- Simonicca A 2006. *Viaggi e comunità. Prospettive antropologiche*, Meltemi editore, Roma.
- Western D 2005. Como definir o ecoturismo, In: K Lindeberg, DE Hawkins. *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*, Senac, São Paulo.
- WWF 1995. *Chapada dos Veadeiros: estabelecimento de um projeto integrado de conservação e desenvolvimento no Cerrado brasileiro (PICD)*, WWF, Brasília.

A Capacity Building Model Towards Sustainability: The guides of Alto Paraíso de Goiás - Chapada dos Veadeiros (GO)

ABSTRACT

From the early 1990s, in the municipality of Alto Paraíso de Goiás (GO) are being offered training courses for trekking and professionals of touristic and eco-touristic areas. The courses, addressing to the community as a development opportunity in line with the naturalistic vocation of the region, offer opportunities for empowerment and growth, provide cultural and technical tools for self-management and valorization of local resources and become exemplary initiatives of economically, environmentally and socially sustainable models.

Keywords: Territorial Development; Ecotourism; Brazil.

Data Submissão: 11/11/2015

Data Aceite: 01/06/2016